

Marçal Justen Filho
Cesar Pereira
Fernão Justen de Oliveira
Eduardo Talamini
André Guskow Cardoso
Alexandre Wagner Nester
Marçal Justen Neto
Rafael Wallbach Schwind
Felipe Sripes Wladeck
Paulo Osternack Amaral
Guilherme F. Dias Reisdorfer
Karlín Olbertz Niebuhr
Mayara Ruski Augusto Sá
William Romero
Rodrigo Goulart de Freitas Pombo
Juliane Erthal de Carvalho
Mônica Bandeira de Mello Lefèvre
Guilherme Augusto Vezaro Eiras
Isabella Moreira de Andrade Vosgerau



Diego Franzoni
Daniel Siqueira Borda
Mayara Gasparoto Tonin
Marina Kukiela
Vanelis Mucelin
Camila Batista Rodrigues Costa
Fernanda Caroline Maia
Bruno Gressler Wontroba
Victor Hugo Pavoni Vanelli
Luísa Quintão
Doshin Watanabe
Isabella Félix da Fonseca
Lucas de Moura Rodrigues
Isabella Karollina Rossito
Beatriz Lotufo Oliveira
Raphaella Thêmis Leite Jardim
Marina Kirsten Felix
Stella Farfus Santos

Ilmo. Sr. **MESSIAS CARVALHO DA SILVA**,

Pregoeiro da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf.

Pregão Eletrônico n.º 37/2018

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.196.889/0001-43, com sede em São Paulo/SP, na Avenida das Nações Unidas, n.º 14261, andar 30, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, por seus advogados (procuração e documentos constitutivos anexos), comparece respeitosamente perante V. Sa., com fundamento no item 11.1 do Edital, para interpor **recurso administrativo** em face da decisão que a inabilitou do Pregão Eletrônico n.º 37/2018.

O recurso é tempestivo, pois o registro da intenção recursal ocorreu em 27.5.2019 (segunda-feira), de modo que o prazo de três dias úteis expira em 30.5.2019 (quinta-feira).

I - Síntese dos fatos

1. A Recorrente é empresa constituída como sociedade anônima de capital fechado, especializada no ramo de seguros privados. Em seus mais de vinte anos de experiência, obteve grande notoriedade e reconhecimento pela qualidade dos serviços prestados.

2. Em 2018, vislumbrou a oportunidade de participar do Pregão Eletrônico 37/2018 promovido pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba – Codevasf.

1.1 - Objeto da licitação

3. O objeto do Pregão consiste na contratação de “*Serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais, incluindo Assistência ou Auxílio Funeral, para os Empregados, Comissionados, Aposentados filiados à Fundação São Francisco, Aposentados, Presidente e Diretores da Codevasf*” (item 1.1.1 do Edital).

1.2 - Processamento do pregão

4. Em 9.1.2019, teve início a fase de lances do Pregão Eletrônico n.º 37/2018. Após o encerramento dessa fase, houve a convocação da Recorrente para envio de sua proposta.

5. A Recorrente apresentou a melhor proposta, no valor de R\$4.700.000,00. Após negociação com a Codevasf, esse valor foi reduzido ainda mais, para R\$4.599.956,62.

1.3 - Inabilitação da Recorrente

6. Definida a classificação dos licitantes segundo o critério de menor preço, sobreveio a análise das condições de habilitação. A Recorrente foi surpreendida com sua (indevida) inabilitação, comunicada por meio de decisão proferida em 10.1.2019.

7. O fundamento da inabilitação foi o suposto desatendimento ao item 10.1.1, alínea “f”, do Edital, que exige:

“Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c”, observados os seguintes requisitos”.

1.4 - Habilitação da Mapfre Vida S.A.

8. Após a inabilitação da Recorrente, a Mapfre (segunda colocada), foi

convocada para apresentar os documentos relativos à habilitação, tendo sido declarada vencedora do certame (com proposta superior à da Recorrente em mais de R\$127mil).

9. A Recorrente manifestou imediatamente, no campo próprio, a sua intenção de apresentar recurso contra a sua inabilitação e a habilitação da Mapfre. Contudo, a intenção de recurso da Recorrente foi rejeitada em 11.1.2019.

10. Diante da recusa, a Recorrente impetrou o mandado de segurança n.º 1000675-96.2019.4.01.3400 (22ª VFDF), no âmbito do qual foi proferida sentença anulando a decisão que rejeitou a sua intenção de recurso e determinando o retorno do Pregão à fase recursal.

11. Em seguida, a Codevasf cumpriu a determinação judicial e promoveu a reabertura do Pregão, com a concessão de oportunidade para a Recorrente apresentar suas razões de recursais (formalizadas por meio da presente manifestação).

II - Objeto do recurso

12. O presente recurso volta-se contra a decisão que inabilitou a Recorrente do Pregão Eletrônico 37/2018, por entender que a não apresentação de declaração prevista no item 10.1.1, alínea “f”, do Edital implicaria na sua ausência de capacidade econômica.

13. Não se pretende discutir a relevância do conteúdo desta exigência, que se presta a comprovar que os compromissos assumidos pelo licitante não comprometerão a saúde financeira da empresa e a execução do objeto contratado.

14. O que se questiona é o excesso de formalismo aplicado na análise da documentação apresentada pela Recorrente, que desconsidera a sua verdadeira situação econômica – afinal, e conforme demonstrado adiante, os contratos por ela assinados não interferem na sua qualificação econômico-financeira.

15. Por questão de ordem lógica, o acolhimento do presente recurso com a habilitação da Recorrente, importará a revisão da decisão de habilitação da Mapfre. Esse resultado (que efetivamente se espera, *data venia*) acarretará a contratação mais vantajosa para a Codevasf.

III - A demonstração da qualificação econômico-financeira da Recorrente

16. A Recorrente apresentou a proposta de menor valor no Pregão. Seu preço final foi significativamente inferior (em mais de R\$127mil) ao da segunda colocada (Mapfre).

17. Superada a fase de lances, a Recorrente apresentou a documentação exigida pelo Edital. Nenhuma ressalva foi feita quanto à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista ou à qualificação técnica da empresa para a execução do contrato.

18. O único motivo invocado para justificar a inabilitação da Recorrente foi a não apresentação de “*declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante*” (item 10.1.1, alínea “f”, do Edital).

III.1 - A natureza meramente declaratória do documento

19. O objetivo dessa declaração consiste em verificar se os contratos firmados pela licitante podem comprometer seu patrimônio líquido e, consequentemente, a execução financeira do contrato.

20. Como o próprio nome revela, trata-se de documento de natureza meramente declaratória, que em nada altera o conteúdo das propostas. Refere-se a fato notório e preexistente à licitação, consistente na inequívoca capacidade econômica da licitante.

III.2 - A inequívoca capacidade financeira e a idoneidade da Recorrente

21. A qualificação econômica e financeira da Recorrente pode ser aferida a partir das demonstrações financeiras apresentadas no certame (balanço patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício), independentemente da declaração formal do licitante.

22. No caso da Recorrente, o fato que esse documento buscava comprovar (capacidade econômica) é *notório*. Afinal, ela integra o banco brasileiro com o segundo maior faturamento do país. Ou seja, a sua capacidade econômico-financeira é *inquestionável*.

23. Mais especificamente: o item do Edital que se reputou ter sido descumprido trata da suficiência do patrimônio líquido. O Edital exigiu que “a licitante de melhor oferta deverá comprovar que possui patrimônio líquido de R\$ 594.093,67” (p. 2 do Edital).

24. Essa capacidade está evidenciada das demonstrações contábeis apresentados pela Recorrente na licitação – de acordo com as quais o patrimônio líquido da empresa é de R\$1.553.805.448,69 – ou seja: 2.615 vezes maior do que o exigido pelo Edital.

25. Esses mesmos documentos revelam lucro líquido da Recorrente de R\$1.500.850.391,48 – o que demonstra a liquidez e absoluta suficiência patrimonial da empresa para executar o contrato em questão, cujo valor estimado é de R\$5.940.936,74.

26. Apenas para fins de comparação, o lucro líquido da Mapfre Vida S.A., declarada vencedora, foi de apenas R\$34.992.966,21. Ou seja, o lucro líquido da Recorrente no último exercício é 45 vezes superior ao da licitante declarada vencedora.

27. Em suma, trata-se de fatos notórios e documentados na licitação, que confirmam a capacidade econômica da Recorrente, e que jamais poderiam ter sido ignorados na análise da habilitação da empresa.

III.3 - A relação entre os compromissos assumidos e o patrimônio líquido

28. Por extrema cautela, a Recorrente pede licença para apresentar uma relação dos contratos por ela celebrados com terceiros – reforçando ainda mais o fato de que os compromissos por ela assumidos não comprometem a saúde financeira da empresa e, em especial, a execução do futuro contrato a ser firmado com a Codevasf.

29. Não existe nenhum óbice a que isso seja feito por meio das presentes razões recursais, uma vez que capacidade econômica da empresa já foi efetivamente demonstrada pelos documentos anexados à sua proposta.

30. A partir dessa relação, verifica-se que o valor total dos contratos firmados pela Recorrente e atualmente em vigor é de R\$6.589.725,94. Logo, o quantitativo de 1/12 (um doze avos) corresponde a R\$549.143,83.

31. O valor de 1/12 deve ser comparado ao valor do patrimônio líquido

comprovado pela Recorrente. Dessa comparação, conclui-se 1/12 dos contratos firmado com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta **não supera** o seu patrimônio líquido, que é de R\$1.553.805.448,69.

32. Isso confirma que não existe risco à boa execução financeira do contrato, caso a Recorrente venha a ser contratada pela Codevasf. Ao contrário, essa solução acarretará evidente vantagem para o interesse público envolvido.

33. Em suma, não se está a negar ou questionar as exigências do Edital. A Recorrente não só reconhece a validade da exigência, como possui capacidade para atendê-la.

34. Contudo, essa verificação não pode ser realizada com base em uma análise meramente formalista. Antes, deve atentar para a rela situação econômico-financeira da licitante e para a sua efetiva capacidade de executar o objeto licitado.

III.4 - O reconhecimento da capacidade econômica da Recorrente pela própria Codevasf: a contratação de seguro ainda vigente

35. Para reforçar ainda mais o argumento, a Recorrente destaca a existência de contrato celebrado com a própria Codevasf relativo a uma apólice de seguro de vida em grupo “emergencial” (Contrato 0.176.00/2018).

36. A referida contratação está vigente até 29.6.2019, com o objetivo de evitar que o grupo segurado (o mesmo do Pregão Eletrônico 37/2018) carecesse de cobertura securitária até a conclusão do certame.

37. Ou seja, a capacidade econômica da Recorrente para prestar o serviço é inequívoca, eis que reconhecida pela própria Codevasf, que a escolheu e contratou para este mesmo serviço, de modo emergencial.

IV - A aplicação dos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade em licitações

38. Pelo exposto, não resta nenhuma dúvida de que a Recorrente detém plena capacidade econômica de assumir o contrato objeto do Pregão Eletrônico 37/2018. É evidente que o suposto descumprimento atribuído à Recorrente decorre de uma interpretação meramente formal da sua documentação – passível de ser

sanado de modo imediato, a partir da própria documentação apresentada pela Recorrente no certame.

39. A leitura formalista das exigências editalícias não se coaduna com as disposições legais sobre o tema. O pregão é regido pela Lei 10.520/2002. Suas disposições afastam o formalismo para aferir plenamente a idoneidade do licitante e a vantajosidade da proposta.

40. O art. 11, inc. XIII, do Decreto 3.555/2000, que regulamentou a Lei 10.520/2002, reforça essa lógica ao prever a possibilidade de o licitante "*apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão*" (art. 11, inc. XIII). Com isso, admite expressamente o saneamento de defeitos formais.

41. Já o Decreto 5.450/2005, que regulamenta o pregão eletrônico (que é o caso em exame), é ainda mais claro: "*no julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação*" (art. 26, § 3º).

42. Nesse contexto, era **obrigatório** ao pregoeiro (*data venia*) aplicar o referido dispositivo e possibilitar o suprimento da documentação:

"Seria um despropósito imaginar que um decreto regulamentar disporia da alternativa de liberação do pregoeiro para escolher livremente entre diferentes soluções. Em termos diretos, a expressão "poderá" deve ser interpretada no sentido de "deverá" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. 6. ed. Dialética, 2013, p. 400).

43. O dispositivo do decreto regulamentador reproduz previsão já consolidada na Lei 8.666/93, em seu art. 43, §3º. Este comando normativo também faz menção à "faculdade" de diligenciar. Trata-se, nessas situações, de um **poder-dever** da Administração.

44. Quanto a isso, MARÇAL JUSTEN FILHO ressalta que "**não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência**. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação

de interessados –, a realização de diligências será obrigatória”. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17. ed. RT, 2016, p. 949– grifo nosso).

45. Tal entendimento está perfeitamente alinhado com a ideia de que a licitação tem natureza instrumental e se destina a obter a proposta mais vantajosa:

“Nesse panorama, deve-se interpretar a Lei e o Edital como veiculando exigências instrumentais. A apresentação de documentos, o preenchimento de formulários, a elaboração das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17. ed. RT, 2016, p. 1001).

46. Nesse sentido, reconhece o Tribunal de Contas da União:

“De fato, a Amazon Security cometeu equívocos, passíveis de serem sanados mediante diligência, sendo injustificada sua desclassificação para contratação de proposta menos vantajosa. A realização da diligência prevista no §3º do art. 43 da Lei 8.666/1993 era dever da comissão de licitação, conforme remansosa jurisprudência deste Tribunal” (TCU, Acórdão 1.275/2018-Plenário, Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues, julgado em 6.6.2018).

47. Ainda segundo MARÇAL JUSTEN FILHO eventuais defeitos (1) que não modifiquem o conteúdo da proposta, (2) supríveis por meio da documentação disponível, (3) insuscetíveis de prejuízo à competitividade do certame, ou (4) sujeitos a uma realidade inquestionável dos fatos não podem acarretar a inabilitação (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 1007/1008).

48. Esse entendimento se aplica ao caso concreto, a fim de evitar que a Codevasf sofra um desperdício de mais de R\$127mil em recursos públicos com a manutenção da habilitação da Mapfre, em detrimento da proposta da Recorrente.

49. Conforme demonstrado, a qualificação econômico-financeira da Recorrente é manifesta e a sua proposta é significativamente a mais vantajosa. Não

há razão para se aplicar interpretação formalista, desconsiderando o conjunto da documentação apresentada pelo licitante, que se revelou mais do que suficiente para sanar qualquer defeito meramente formal.

IV.1 - A jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

50. A jurisprudência é consolidada quanto à reprovação de rigor formal desvinculado da realização dos objetivos da licitação.

51. Por todos, confira-se o seguinte aresto do TRF da 1ª Região:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. EXCESSIVO RIGOR FORMAL. CONTRATO EM ANDAMENTO, COM DESEMPENHO SATISFATÓRIO. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO.

1. Infringe o princípio da razoabilidade a desclassificação de licitante em razão exclusivamente da existência de vício meramente formal e facilmente sanável, que não causa qualquer prejuízo ao bom prosseguimento do certame.

2. O formalismo extremo e desmedido, ele sim, se reveste de potencial lesivo ao interesse público, porquanto impede a contratação da proposta mais vantajosa. Precedente do Superior Tribunal de Justiça.

3. Remessa oficial a que se nega provimento.

(TRF-1, 6ª Turma, REOMS: 0013639-33.2013.4.01.3600, Rel. Des. Fed. Kassio Nunes Marques, e-DJF1 de 20.11.2014)

IV.2 - O julgamento de caso semelhante pelo Tribunal de Contas da União

52. O Tribunal de Contas da União caminha no mesmo sentido. Possui diversas decisões proferidas com base nos princípios da busca da proposta mais vantajosa, do formalismo moderado e da razoabilidade, para reputar inválidas as decisões que inabilitam licitantes com fundamento em formalismo excessivo.

53. Por todas, confira-se a seguinte decisão, especialmente aplicável ao caso concreto:

“3. A representante foi inabilitada no certame tendo em vista que, para aferição da qualificação econômico-financeira, declarou possuir contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, entre os

quais incluiu contratos expirados, sem observar exatamente o item 8.5.4.3 do edital, transcrito a seguir, e seu Anexo VIII:

‘8.5.4.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VIII, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;’

4. O Anexo VIII contém o modelo de elaboração da referida declaração.

5. Além disso, em resposta à oitiva deste Tribunal, o pregoeiro informou que a empresa também teria deixado de incluir contratos vigentes com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Ministério da Justiça, totalizando R\$ 1.535.677,68.

*6. Diante desse quadro, é forçoso considerar que houve desrespeito ao mencionado item 8.5.4.3 do edital. No entanto, o valor total dos contratos informado anteriormente (R\$ 64.348.727,00), somado aos dois contratos vigentes não declarados (R\$ 1.535.677,68), perfaz R\$ 65.884.404,68. Esse total, dividido por 12, corresponde a R\$ 5.490.367,06, valor ainda assim inferior ao patrimônio líquido da licitante em 2014, de R\$ 6.389.738,47. Dessa forma, **mesmo considerados os contratos expirados e incluídos aqueles não declarados pela licitante, não há a extrapolação do parâmetro previsto em edital, ou seja, o patrimônio líquido da empresa supera um doze avos dos compromissos assumidos, não se configurando a alavancagem excessiva que se deseja evitar.***

*7. Ressalto que **ambas as falhas poderiam ter sido objeto de questionamento à empresa por parte do pregoeiro, e seriam passíveis de correção durante o processamento do pregão, medida essa que sanaria, naquele momento, as dúvidas existentes. No entanto, como já mencionado, as falhas não trouxeram nenhuma vantagem indevida à Connectcom.***

*8. Nessa situação, **inabilitar a proposta apresentada pela empresa contraria os princípios da economicidade e da obtenção da proposta***

mais vantajosa para a Administração, uma vez que o valor cotado por ela é R\$ 146.000,00 inferior ao da licitante melhor colocada após as sucessivas desclassificações, Resource Tecnologia e Informática Ltda”
(TCU, Acórdão 3326/2015-Plenário, Rel. Ministro José Múcio Monteiro, julgado em 9.12.2015).


V - Conclusão


54. Diante do exposto, a Recorrente pede a reconsideração da decisão de a inabilitou para o Pregão Eletrônico n.º 37/2018, ou a sua reforma pela digna Autoridade Superior, de modo a ser considerada habilitada por ter comprovado todas as condições do Edital.

55. Em qualquer hipótese, pede a reconsideração da decisão que habilitou a licitante Mapfre Vida S.A.

Brasília, 30 de maio de 2019.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL S.A.


Alexandre Wagner Nester
OAB/PR 24.510


Isabella Félix da Fonseca
OAB/DF 57.461

ANEXO – Declaração de contratos vigentes na data da apresentação da proposta
(9.1.2019)

A

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2018

PROCESSO Nº 59500.001265/2018-74

**DECLARAÇÃO CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL inscrita no CNPJ nº. 28.196.889/0001-43, DECLARA que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data de apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido, conforme relação descrita abaixo:

Nome do órgão/empresa	Ano do contrato	Valor do contrato
FUNDACAO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	2018	R\$ 6.499,13
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO	2018	R\$ 212,40
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA	2018	R\$ 2.388,00
SEC DE ADM E RESOCIALIZAÇÃO DA BA	2018	R\$ 1.394,16
FUND NORTE-RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA	2018	R\$ 22.471,68
MUNICIPIO DE SÃO LUÍS	2018	R\$ 197,76
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	2018	R\$ 680,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DEFESA CIVIL	2018	R\$ 7.192,22
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARA	2018	R\$ 1.830,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA SP	2018	R\$ 1.125,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA SP	2018	R\$ 192,96
SERVICO AUTONOMO DE	2018	R\$ 520,80

AGUA E ESGOTO DE LINHARES		
SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE SUL	2018	R\$ 98,64
IPAM -INSTITUTO DE P REVID~NC I A E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO	2018	R\$ 1.740,00
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - ACRE	2018	R\$ 234,84
CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DE JALES - CONSIRG	2018	R\$ 5.538,94
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA - FUNAPE	2018	R\$ 613,08
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	2018	R\$ 1.425,60
MUNICIPIO DE MATUPA	2018	R\$ 494,40
SECRETARIA DA JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2018	R\$ 1.117,20
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIANÓPOLIS	2018	R\$ 83,87
ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA	2018	R\$ 456,00
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	2018	R\$ 4.047,36
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA	2018	R\$ 2.588,40
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MG	2018	R\$ 333,00
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2018	R\$ 2.690,40
SECRETARIA DE	2018	R\$ 1.112,64

DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DA BAHIA		
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARANA	2018	R\$ 458,28
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	2018	R\$ 21,60
DMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOS DE PORTO ALEGRE	2018	R\$ 112,20
FUNDACAO DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA	2018	R\$ 62,40
DMLU - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - PORTO ALEGRE	2018	R\$ 31,20
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITACAO - PORTO ALEGRE/ RS	2018	R\$ 44,40
MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	2018	R\$ 1.370,40
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL SP	2018	R\$ 3.000,00
MUNICIPIO DE IBIRITE	2018	R\$ 182,40
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	2018	R\$ 1.088,64
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA	2018	R\$ 420,00
INSTITUTO SAUDE E CIDADANIA - ISAC UPA TRAPICHE	2018	R\$ 2.075,50
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CRUZEIRO	2018	R\$ 56,48
DEFENSORIA PUBLICA DO	2018	R\$ 1.888,00

ESTADO DA BAHIA		
FUNDAÇÃO DE CULTURA APOIO ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO FUNCEPE	2018	R\$ 1.383,44
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO	2018	R\$ 998,64
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA	2018	R\$ 671,88
FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFG	2018	R\$ 7.352,16
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAMIRIM	2018	R\$ 1.138,56
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	2018	R\$ 362,40
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO	2018	R\$ 815,40
INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA - ISAC	2018	R\$ 2.551,44
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PIAUÍ	2018	R\$ 83,02
PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ	2018	R\$ 1.652,40
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO	2018	R\$ 54,08
FUNDAÇÃO DE CULTURA APOIO ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO FUNCEPE	2018	R\$ 3.127,43
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PI	2018	R\$ 519,59
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	2018	R\$ 59.129,27
PREFEITURA MUNICIPAL DE	2018	R\$ 3.071,16

ARARUAMA		
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA	2018	R\$ 881,35
FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE FOZ DO IGUACU	2018	R\$ 678,72
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE- FESURV	2018	R\$ 3.785,29
FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA	2018	R\$ 513,17
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI	2018	R\$ 1.334,28
SECRETARIA DA AGRICULTURA IRRIGACAO E REFORMA AGRARIA	2018	R\$ 485,94
SENADO FEDERAL	2018	R\$ 2.392,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2018	R\$ 213,49
FUNDACAO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	2018	R\$ 144,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO	2018	R\$ 63,20
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	2018	R\$ 499,80
FUND NORTE-RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA	2018	R\$ 1.816,32
EMPRESA TERESINENSE DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2018	R\$ 70,20
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJO	2018	R\$ 1.167,75
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU	2018	R\$ 669,60
MINISTERIO PUBLICO UNIAO - PROCURADORIA REG DO TRAB 5	2018	R\$ 563,69

REGIAO		
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE VITORIA - CDV	2018	R\$ 6.900,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DA BAHIA	2018	R\$ 634,56
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA	2018	R\$ 707,76
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	2018	R\$ 266,06
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA	2018	R\$ 4.165,20
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTILHO	2018	R\$ 4.111,44
MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO	2018	R\$ 2.383,92
MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO	2018	R\$ 600,48
AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA	2018	R\$ 620,00
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DE GOIAS	2018	R\$ 998,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE MINAS	2018	R\$ 57.424,36
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE	2018	R\$ 13.246,20
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO	2018	R\$ 773,88
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO	2018	R\$ 199,38
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 18 REGIAO	2018	R\$ 56,97
SEC DE ADM E RESOCIALIZAÇÃO DA BA	2018	R\$ 1.130,40
FUNDAÇÃO SOUSANDRADE DE	2018	R\$ 2.219,97

APOIO AO DESENVOLV DA UFMA		
SECRETARIA DE CULTURA - SECULT	2018	R\$ 442,32
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS	2018	R\$ 588,00
INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERV MUNIC DE ANAPOLIS	2018	R\$ 324,06
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CONSAB	2018	R\$ 1.294,10
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS	2018	R\$ 153,78
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES	2018	R\$ 52,62
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DE GOIAS	2018	R\$ 381,72
PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA	2018	R\$ 4.129,92
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE- FESURV	2018	R\$ 28.656,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA	2018	R\$26.526,24
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA 16' REGIÃO - MA	2018	R\$ 609,72
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	2018	R\$ 125,28
SUPERINTENDENCIA DE FOMENTO AO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA- BAHIATURSA	2018	R\$ 200,40
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZACAO RIO URBE	2018	R\$ 217,93
FUNDAÇÃO WALL FERRAZ	2018	R\$ 59,30
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	2018	R\$ 90,19

DO ESPIRITO SANTO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALACACHETA	2018	R\$ 373,60
MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA	2018	R\$ 102,00
MUNICIPIO DE RIO DE JANEIRO	2018	R\$ 133,43
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÃO JUDICIAL DE ALAGOAS	2018	R\$ 1.667,88
SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO	2018	R\$ 7.318,80
SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE SP -INST GEOLÓGICO	2018	R\$ 307,12
SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL	2018	R\$ 114.480,00
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	2018	R\$ 114.480,00
INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOM MOACYR	2018	R\$ 10.543,77
FUNDACAO CULTURAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	2018	R\$ 273,92
FUNDAÇÃO DAS ARTES DE SÃO CAETANO DO SUL	2018	R\$ 4.601,52
CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA 9A REGIÃO	2018	R\$ 7.193,40
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	2018	R\$ 13.441,89
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA	2018	R\$ 697,28
CONSÓRCIO EMPREENDEDOR CORUMBA III	2018	R\$ 1.200,00

MUNICÍPIO DE RIO PIRACICABA	2018	R\$ 17.547,36
EMPRESA PUBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A - EPTC	2018	R\$ 90.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS	2018	R\$ 169.000,00
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO PREFEITURA	2018	R\$ 542,25
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN	2018	R\$ 13.260,00
IN STITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	2018	R\$ 126,75
EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA S/A- ETUFOR	2018	R\$ 42.770,60
CONS REG DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 10 REGIAO	2018	R\$ 205,34
FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA	2018	R\$ 351,26
PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRENDABA	2018	R\$ 2.034,96
MUNICIPIO DE SANANDUVA	2018	R\$ 8.505,84
FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP	2018	R\$ 600,00
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA	2018	R\$ 1.716.845,52
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	2018	R\$ 793,16
PREFEITURA MUNICIPAL DE	2018	R\$ 1.858,44

GUARUJÁ		
FUNDACAO BAIANA DE PESQUISA CIENTFICA E DESENVOLVIMENTO TE	2018	R\$ 17.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA	2018	R\$ 10.367,52
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	2018	R\$ 6.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS	2018	R\$ 1.406,16
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E TRANSITO - CETIRANS	2018	R\$ 39.816,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIO	2018	R\$ 661,80
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	2018	R\$ 3.326,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACONDE	2018	R\$ 819,58
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A	2018	R\$ 12.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	2018	R\$ 936,00
MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE	2018	R\$ 1,00
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE PELOTAS	2018	R\$ 613,20
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-17 REGIAO	2018	R\$ 1.793,52
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITACAO	2018	R\$ 118,41
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIANIA	2018	R\$ 1,00

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIAO	2018	R\$ 2.088,00
INSTITUTO DE CULTURA, ARTE, CIENCIA E ESPORTE	2018	R\$ 231,38
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS	2018	R\$ 2.820,00
SUDECAP-SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL	2018	R\$ 673,92
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE NATAL	2018	R\$ 241,20
CISRU - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA CENTRO SUL	2018	R\$ 17.757,25
SEBRAE MA	2018	R\$ 124.487,64
EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SP	2018	R\$ 728.640,00
IPAMV-INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVID	2018	R\$ 120,96
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DO PARANA	2018	R\$ 518,66
AGENCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS	2018	R\$ 5.781,36
FUNDACAO PLANETARIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	2018	R\$ 229,68
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO	2018	R\$ 2.998,80
SECRETARIA DE STADO DE SAÚDE DE MS	2018	R\$ 5.700,00
EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRAFICAS S.A.	2018	R\$ 676,80

ELETROSUL-CENTRAIS ELET. S.A	2018	R\$ 2.077.561,37
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE AMPARO	2018	R\$ 24.047,16
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL	2018	R\$ 772,20
BRASILPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S.A.	2018	R\$ 747.020,46
SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA	2018	R\$ 74.670,89

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS FIRMADOS: R\$ 6.589.725,94 (Seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos)

VALOR 1/12 AVOS DOS CONTRATOS FIRMADOS: R\$ 549.143,83 (Quinhentos e quarenta e nove mil, cento e quarenta e três reais e oitenta e três centavos)

VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 1.553.805.448,69 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

São Paulo, 09 de Janeiro de 2019.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL

CNPJ Nº 28.196.889/0001-43

NOME: Sérgio Dias Pestana

QUALIFICAÇÃO: Securitário

RG: 12.988.587-3

CPF: 029.276.108-27